

Título – Acompanhamento e Avaliação da Formação Socioambiental junto aos Conselhos de Unidades de Conservação do Estado de São Paulo: subsídios à construção de metodologia de fomento à participação na gestão ambiental pública.

Palavra-chave – Avaliação, Gestão Participativa, Fiscalização Ambiental; Formação Socioambiental; Conservação Ambiental.

Instituição proponente e equipe: Coordenadoria de Fiscalização Ambiental – CFA/SMA/SP

- Beatriz Truffi Alves
- Rodrigo Machado
- Wagner Nistardo Lima

Instituições parceiras e membros participantes do projeto:

- Fundação Florestal - Adriana Neves da Silva;
- Instituto Florestal - Marlene Francisca Tabanez;
- Gestores de UC

Objetivo(s)

- 1) Construir um processo de formação direcionado ao monitoramento ambiental, visando contribuir com a melhoria ambiental do entorno das Unidades de Conservação (UC) e demais territórios.
- 2) Acompanhar e registrar dados e informações sobre os encontros formativos proporcionados pelo programa “Formação Socioambiental” (FS) do Plano de Fiscalização de UC da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental (CFA) em parceria com o Instituto Florestal (IF), a Fundação Florestal (FF), a Polícia Militar Ambiental (PMA) e o Instituto de Botânica (IBt), a ocorrerem nas UC gerenciadas pelo SIEFLOR e Instituto de Botânica.
- 3) Avaliar o processo do ponto de vista da formação dos envolvidos, da pertinência da proposta para a fiscalização ambiental e da importância da qualificação da participação em espaços de gestão ambiental pública.

Justificativa

Este projeto corresponde a um dos objetivos da Formação Socioambiental destinada a envolver os participantes dos Conselhos Consultivos de UC com o desenvolvimento de abordagens a problemas de fiscalização ambiental (objetivo de acompanhar e avaliar o processo de participação e formação).

Por se tratar de uma abordagem de problemas ambientais, complementar àquela repressiva, que será experimentada na fiscalização das UC (geridas pela Fundação Florestal, Instituto de Botânica e Instituto Florestal / SMA), torna-se importante analisá-la criticamente quanto às condições de desenvolvimento da proposta, de sua execução, de sua efetividade e impacto nas realidades em que será desenvolvida

(atuação dos Conselhos na gestão das UC). A finalidade dessa análise é subsidiar o desenvolvimento de metodologia de fomento à gestão ambiental participativa.

Segundo a Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SMA/SP), as UC

(...) são importantes pelo seu papel na preservação da diversidade biológica, do estoque genético representado pelos organismos vivos e na manutenção de serviços essenciais dos ecossistemas em favor da qualidade de vida do ser humano (SÃO PAULO, 2009, p.19).

Mais adiante, no mesmo documento, afirma-se que:

As Unidades de Conservação promovem a geração de renda e estimulam o desenvolvimento regional e local, apoiando programas de turismo sustentável, criação de cooperativas de ecoprodutos, entre outros, além de incentivarem atividades de **pesquisa científica e processos educativos**.

As UC exercem influência além das suas fronteiras, contribuindo para a organização do espaço geográfico em sua área de entorno imediato e favorecendo o desenvolvimento de processos econômicos sustentáveis (SÃO PAULO, 2009, p. 20. Grifos nossos).

Com base nestas afirmações e também no trabalho sobre o entorno de UC (SOARES, 2002), depreendemos que ao trabalhar questões socioambientais que condicionam problemas ambientais que são foco da fiscalização nas UC, configura-se um vetor de atuação dos Conselhos. Corresponde-se, inclusive, às suas atribuições de: 1) gerir e/ou **colaborar com a gestão** da UC; 2) refletir e decidir sobre os **meios de proteger** a UC; 3) dialogar com **diferentes formas de entender** a UC; 4) **dialogar com o território** da UC e respectivos agentes sociais e, principalmente, 5) **identificar os problemas da UC e trabalhar para superá-los** (PALMIERI, VERÍSSIMO, 2009. Grifos nossos).

Esta proposta de intervenção junto a Conselhos de UC parte do reconhecimento de que os problemas ambientais que são objetos de preocupação de planos de fiscalização no interior das UC não têm origem, predominantemente, dentro das unidades. Seus condicionantes estão, também, fora delas, em seu entorno imediato (Zonas de Amortecimento) e mesmo em municípios com os quais faz divisa, no interior da bacia hidrográfica em que se localiza, entre outros. Em síntese, compreende-se que dinâmicas sociais, políticas, econômicas, culturais e históricas muitas vezes condicionam fortemente agentes sociais (sejam indivíduos, grupos, instituições etc.) a portarem-se de forma conflitante com objetivos de conservação de áreas protegidas, chegando a infringir normas dentro e fora da UC, causando impactos negativos à biodiversidade ali protegida e mesmo às condições de vida de populações tomadas como tradicionais. Trata-se, portanto, de criar situações de reflexão crítica e problematização de questões socioambientais que afetam as UC e, tomando-as como “temas geradores” de processos formativos, identificar as causas que condicionam tais conflitos. A partir da identificação de tais causas e agentes sociais a elas relacionados, a proposta pretende compartilhar técnicas de planejamento para fomentar intervenções com vistas ao enfrentamento de causas dos problemas que afetam as UC.

A intenção de fundo é promover e qualificar a participação social neste espaço de gestão ambiental pública chamado Conselho Consultivo de Unidade de Conservação, correspondendo ao postulado teórico exposto por Quintas (2006a; 2006b). Com isso, promover também a formação socioambiental dos participantes, ao interpretar os Conselhos como espaços de ensino-aprendizagem, “comunidades aprendentes” (BRANDÃO, 2005) ou, como nos apresenta Matarezi (in: FERRARO JR., 2005), Oliveira; Tonso (2012), “espaços educadores”. Assim, objetivamos uma formação integrada ao processo de fiscalização, servindo aos objetivos da gestão ambiental e, também, a explorar esse contexto para seus fins educacionais mais amplos, entendendo a participação na gestão ambiental como condição para aprendizagens significativas sobre questões sociais, econômicas, culturais, políticas, históricas, ecológicas e, assim, ambientais.

Denominamos “formato, conteúdos, procedimentos e técnicas” o percurso idealizado para a criação de situações tanto de participação consciente na gestão das UC (partidas das ações de fiscalização ambiental), como também de formação socioambiental. Estes constituem o “objeto” de investigação deste projeto de pesquisa, visando à construção de uma metodologia para se trabalhar o envolvimento qualificado de agentes sociais organizados na gestão ambiental pública, especialmente nos Conselhos de UC. Assim, a questão central deste projeto de pesquisa é: **quais são as limitações e as potencialidades dos procedimentos adotados para desenvolver uma metodologia voltada ao envolvimento formativo de conselheiros de UC na fiscalização e monitoramento ambiental?**

O acompanhamento, registro e análise sistemáticos dos encontros promovidos pela iniciativa têm como finalidade subsidiar a construção de análises que sustentem uma avaliação da proposta de se trabalhar com a gestão ambiental participativa como espaço de formação socioambiental que se articula com a fiscalização de UC.

Outros aspectos que justificam a necessidade de realizar este projeto são:

- Desenvolver formas internas (à equipe que desenvolveu e que executará a Formação Socioambiental nas UC) de acompanhamento e registro;
- Desenvolver análises e avaliações de diferentes perspectivas (no caso, do ponto de vista da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, da Fundação Florestal e do Instituto Florestal, da Polícia Militar Ambiental e do Instituto de Botânica que compõem a equipe de execução da FS);
- Construir uma revisão crítica da proposta de se trabalhar a dimensão formativa da fiscalização ambiental;
- Subsidiar eventual ganho de escala da proposta dentro de uma coordenadoria de fiscalização em formação¹.

¹ A CFA foi criada há pouco mais de um ano, pelo Decreto Estadual nº 57.933, de 02 de abril de 2012, que reorganizou a Secretaria do Meio Ambiente.

Dentre as expectativas relativas a este trabalho de formação, destacamos as seguintes hipóteses:

- Maior clareza sobre o papel e atuação dos Conselhos Gestores na gestão das UC.
- Maior compreensão sobre os condicionantes sociais, políticos, econômicos, culturais e históricos de problemas que afetam as UC.
- Maior capacidade de integração socioambiental das UC com seus territórios, com o reconhecimento de que a gestão das UC também se dá a partir de seu entorno (SOARES, 2002).
- Maior diálogo entre os programas definidos nos planos de manejo das UC, destes com a fiscalização e de ambos com a atuação dos Conselhos.
- Utilização da sequência de procedimentos de diagnóstico e planejamento de intervenções socioambientais, compartilhada a partir da fiscalização, para questões de outros campos de gestão das UC, como uso público, por exemplo.
- Maior participação de setores organizados da sociedade – participantes dos espaços criados pelos Conselhos de UC – na gestão das UC e na definição de políticas públicas de gestão ambiental, principalmente para os territórios que pressionam e impactam a integridade biológica das UC.
- Construção, em curto prazo, de intervenções dos Conselhos nas causas de problemas ambientais das UC.
- Redução, em longo prazo, das pressões às UC.

Revisão Bibliográfica

Reconhecer, valorizar e trabalhar a dimensão educadora da gestão ambiental

Identificar as visões de mundo, valores e representações de meio ambiente em suas relações com as sociedades e agrupamentos humanos se faz necessário neste trabalho. No que se pode denominar “campo” da gestão ambiental, diferentes compreensões e representações socialmente construídas sobre meio ambiente sustentam discursos não menos diversos. São representações que orientam discursos e práticas de gestão ambiental. Em nosso caso, pretendemos reconhecer, valorizar e trabalhar a dimensão educadora tanto dos discursos, como das práticas. Identificá-las torna-se importante devido a, no mínimo, duas razões: 1) ter-se claro que linha de pensamento pretendemos seguir e a necessária coerência com nossas práticas; 2) ter-se consciência de que ao envolver agentes sociais com determinado discurso e prática (sejam quais forem), está-se influenciando a formação de pessoas.

De maneira sintética, podemos reconhecer que há, em princípio, um discurso (denominado por Alier, (2007), de “o culto à vida silvestre”) apoiado em uma compreensão da “natureza” como algo a ser

protegido do ser humano. Partindo desta dicotomia (DIEGUES, 1996), toda uma estratégia mundial de “proteção” de uma natureza externa ao ser humano² consolidou-se desde o século XIX, com maior força no último quartel do século XX: a criação de áreas protegidas (no Brasil, UC de proteção integral) (MOREIRA, 2000; ALIER, 1992, 2007, IBAMA, 2008, MORSELLO, 2001, BRITO, 2000)³. Outra corrente de pensamento, segundo Alier (2007), alinha-se ao entendimento de que a natureza é provedora de recursos dos quais depende o crescimento da economia e, assim sendo, é preciso desenvolver tecnologias apropriadas, de “baixo impacto”. É denominada pelo autor como o “evangelho da ecoeficiência”. Isso, para que se garantam as atuais condições de reprodução e ampliação do Capital sem, contudo, alterarem-se as relações sociais de produção⁴, nem se prever a redistribuição das riquezas geradas pelo trabalho humano. Uma terceira vertente a inspirar discursos e práticas de gestão ambiental assenta-se no que Alier (1992, 2007) chama de “ecologismo popular”; segundo o mesmo autor, conhecido nos Estados Unidos como “justiça ambiental”⁵. Para Henri Acselrad (2010, p.108),

A noção de ‘justiça ambiental’ exprime um movimento de resignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social.

Além de tais vertentes de pensamento a inspirarem as discussões e práticas de gestão ambiental, há uma construção teórica sobre a gestão ambiental pública e sua dimensão educadora apresentada por Quintas (2006a; 2006b) denominada “Educação na Gestão Ambiental Pública”. Aqui, a relacionamos com a terceira linha de pensamento supramencionada. A partir de perspectiva crítica e orientação socioambiental, sua finalidade é educar os agentes sociais envolvidos direta ou indiretamente com questões e problemáticas ambientais (sobretudo aqueles com menos recursos políticos e econômicos), reconhecendo seus contextos, manifestações e causas de ordem social, econômica, política, cultural, histórica etc.⁶ Tal sentido articula-se com outro intento: o de fomentar e qualificar a participação em espaços de gestão ambiental pública. Como exemplo já existente de tais espaços, temos os Conselhos de UC, estabelecidos pela Lei 9.985/2000, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e inspirados na Constituição Federal de 1988.

² Diga-se: ser humano moderno, branco, ocidental, cristão, predominantemente urbano-industrial, inserido em uma formação social e num modo de produção capitalistas (COSTA, in: LOUREIRO, 2009).

³ Segundo Simões, Ferreira e Joly (2011, p.18), “a criação de unidades de conservação (UCs) no Estado de São Paulo reproduziu um padrão antidemocrático, comum em todo o País, uma vez que o processo teve início durante os governos militares”.

⁴ Diferentes manifestações da força deste discurso podem ser observadas nos últimos anos como, por exemplo, a flexibilização na legislação ambiental brasileira e nos recuos em políticas de proteção a populações tradicionais, notadamente indígenas, na América Latina.

⁵ Podemos compreender como expressões práticas de gestão ambiental inspiradas por esta vertente, a busca por alternativas produtivas no campo da agricultura familiar articulada com práticas agroflorestais, orgânicas, revisões estruturais no modelo de cidades densamente povoadas e urbanizadas (nos campos do transporte coletivo, da escala de produção de energia, de captação e uso da água, da construção de modelos de participação na economia de maneira horizontalizada – Economia Solidária e autogestão de empreendimentos solidários e, principalmente, no campo da participação social na construção, desenvolvimento e execução de políticas públicas). Segundo Alier (2007), são expressões concretas desta terceira vertente do pensamento “ecológico”, as lutas por acesso ao meio ambiente de grupos sociais e populações marginalizadas “como fonte e condição para o sustento; não tanto uma preocupação pelos direitos das demais espécies e gerações futuras humanas, e sim pelos humanos pobres de hoje” (p.34).

⁶ Não se pretende substituir a abordagem repressiva já realizada no interior das UC com vistas a dificultar, limitar e impedir infrações ambientais. A intenção é ampliar o escopo da fiscalização ambiental, abordando problemas ambientais duplamente: em suas manifestações (reprimindo-as) e em suas causas (prevenindo).

De uma perspectiva predominantemente pedagógica, partimos do debate em torno dos conflitos socioambientais tomados como fornecedores de temas-geradores de percursos formativos àqueles que vivenciam e/ou reconhecem sua existência. Saito (*et al.*, 2011, p.122) nos colocam que “os conflitos socioambientais são tidos como situações-problema presentes no cotidiano vivido, cuja complexidade é fundamental ser diagnosticada”. Mais adiante (p.123), expõem que:

Um dos caminhos potencialmente relevantes quando lidamos com a temática ambiental em processos educativos está diretamente relacionado com a possibilidade de exploração de controvérsias e conflitos socioambientais em práticas de educação ambiental. É a partir da compreensão de que as controvérsias e os conflitos socioambientais apresentam um grande potencial para explicitarmos a complexidade inerente à temática ambiental, desconstruindo, assim, as dicotomias usuais no campo ambiental, que nos parece legítimo considerá-las como um dos possíveis princípios metodológicos para as nossas práticas de educação ambiental.

Em nosso caso, não trataremos necessariamente de *conflitos* socioambientais, tal como apresentados e definidos por Scotto (1997, p.28): aqueles que “(...) têm elementos da natureza como objeto e que expressão relações de tensão entre interesses coletivos e interesses privados (...)”. Trataremos, predominantemente, de *controvérsias* socioambientais, definidas por Saito (*et al.*, 2011, p.123), como as

(...) que podem ser desencadeadas por diferentes razões, mas [que] essencialmente envolvem pontos de vista diferenciados em relação a determinado tema. Desse modo, falamos em controvérsias quando um determinado tema suscita, nos diferentes atores sociais envolvidos, posicionamentos políticos, sensibilidades éticas e estéticas diversificadas, ou diferentes maneiras de interpretar uma dada realidade.

Assim, todo o trabalho direciona-se a proporcionar condições e compartilhar instrumentos com os Conselhos, para que construam uma compreensão ampliada e mais complexa (para além daquela compreensão que já têm) sobre determinados problemas que se manifestam nas UC, bem como vislumbrem – e planejem – intervenções conscientes.

O necessário acompanhamento sistemático e avaliação da proposta formativa

A Formação Socioambiental, que dá nome ao processo a ser desenvolvido junto a Conselhos de UC no Estado de São Paulo, parte de algumas premissas básicas sobre educação, meio ambiente, educação ambiental e gestão ambiental pública. Partindo do objetivo deste projeto, de acompanhar, registrar e avaliar o processo de gestão participativa e de formação socioambiental, a breve discussão a seguir tratará basicamente de avaliação, iniciando pela exposição sintética das premissas.

Layrargues (in: QUINTAS, 2006b) sintetiza as três primeiras premissas. Compreende-se o *processo educativo* como situações pedagógicas para questionar a realidade historicamente dada e propor intervenções socioambientais voltadas a problemas locais. O *problema ambiental* é uma manifestação de conflitos de interesses entre os próprios homens: o meio ambiente é explorado por ações produtivas e mercantis. Já a *educação ambiental* prioriza ações pedagógicas voltadas à reflexão sobre o

funcionamento dos sistemas sociais (há uma concepção complexa da problemática socioambiental, que articula social com natural).

No que se refere à gestão ambiental pública, nos apoiamos na definição trabalhada por Quintas (2006a, p.30).

Gestão ambiental, portanto, é vista aqui como o processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) entre atores sociais que agem sobre os meios físico-natural e construído, objetivando garantir o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme determina a Constituição Federal.

Portanto, o acompanhamento e avaliação da Formação Socioambiental configuram-se como um trabalho investigativo, visando à coleta, registro e análise de dados e informações a respeito de conjuntos de critérios principalmente qualitativos. Temos aqui, assim, uma proposta de pesquisa essencialmente qualitativa. Dizemos “essencialmente” e não “totalmente” porque não abriremos mão de levantamentos quantitativos. Demo (1985, 1990, 2005, 2012) propõe buscarmos identificar a complementaridade entre abordagens quantitativas e qualitativas de fenômenos que buscamos compreender, não confundindo ou mesmo contrapondo uma com/à outra.

Quantidade e qualidade podem (devem) ser *analiticamente* distinguidas, mas em realidade são apenas faces do mesmo fenômeno. Não faz sentido, ademais, dizer que uma é mais ou menos importante, porque, antes disso, o fato básico é que são partes integrantes. (DEMO, 1990, p. 11, grifo do autor).

Também exercendo influência sobre o tipo de avaliação proposto nesta pesquisa, este projeto também traz características de pesquisa participante (BRANDÃO, 1985; BRANDÃO, BORGES, 2007), em que a vivência ativa nas situações objeto de observação do pesquisador é fundamental para a “coleta de evidências”. Ainda segundo Brandão e Borges (2007, p.53), “de modo geral, elas [as pesquisas participantes] partem de diferentes possibilidades de relacionamentos entre os dois pólos de atores sociais envolvidos, interativos e participantes”. A equipe que irá executar a proposta de formação com os Conselhos será também responsável pela observação atenta e direcionada pelas plataformas e critérios de avaliação a serem expostos mais adiante. Serão, assim, criadas “situações-objeto” de observação e investigação. Em nosso caso, intervenções educadoras ou educacionais (GUIMARÃES, in: FERRARO JR., 2005).

A opção pela predominância da abordagem qualitativa no acompanhamento das intervenções junto ao Conselho das UC considera, também, algumas observações importantes levantadas por Gonçalves (2005) acerca da evolução do campo da avaliação. A pesquisadora, no capítulo sobre a evolução do campo da avaliação, em sua dissertação conclui que:

A evolução do campo conceitual da avaliação traz à tona os diversos fatores que permearam o seu desenvolvimento e aponta avanços no sentido de construção de uma perspectiva de avaliação mais ampla, a qual considera a dinâmica histórica da realidade e, portanto, supera a visão reducionista que considerava a avaliação como um instrumento neutro; há o reconhecimento da sua natureza política e ética. Ressalte-se que esse avanço abre a

Mattos (2009) também apresenta em sua pesquisa sobre avaliação em processos educativos mais precisamente vinculados ao campo da educação ambiental, informações relevantes para subsidiar nossa opção por um percurso avaliativo com características qualitativas. Considerando os apontamentos da autora, nossa opção possui abordagens caracterizadas na literatura como “subjativistas” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004). Para Mattos (2009, p.54) estas abordagens subjativistas “(...) usualmente se baseiam na avaliação intuicionista-plurarista, que considera que o valor depende do impacto do programa sobre cada indivíduo, de acordo com os sentimentos e apreensões individuais e de grupos”.

Worthen; Sanders; Fitzpatrick (2004, apud MATTOS, 2009) expõem diferentes estratégias avaliativas, distinguindo seis abordagens conceituais de avaliação, considerando o que motiva avaliar: 1) avaliação centrada em objetivos; 2) avaliação centrada na administração/tomada de decisão; 3) avaliação centrada no consumidor; 4) avaliação centrada em especialistas/experiência; 5) avaliação centrada no adversário/em opiniões contrárias; 6) avaliação centrada no participante/na participação.

Por se tratar de uma formação que visa ao envolvimento dos conselheiros (participantes) no desenvolvimento de abordagens aos problemas ambientais relacionados com a fiscalização das UC, observamos que a natureza da avaliação aqui proposta aproxima-se daquela na qual a apropriação da proposta, a apreensão das discussões e debates levantados, mais o envolvimento com a intenção de se problematizar questões socioambientais locais ligadas às UC por parte dos envolvidos, fazem com que nossa avaliação possa ser caracterizada como centrada na participação/no participante. Ainda assim, guarda características próximas da abordagem centrada na administração/tomada de decisões que, segundo Mattos (2009), visa atender a necessidade de obter informações a respeito do espaço oferecido/conquistado à/pela dimensão formativa na área de fiscalização ambiental, bem como subsidiar futuras tomadas de decisões que poderão/deverão considerar tal dimensão (formativa) quando da construção de políticas de fiscalização ambiental. Embora a avaliação não seja estritamente motivada pelos objetivos, o alcance ou não dos mesmos será também observado.

Levando em consideração a proposta de Fraisse, Bonetti e Gaulejac (1987, apud Rodrigues, 1993), que expõe três objetivos e decorrentes “tipos” de avaliação, sendo:

- **avaliação comparativa:** a comparar uma situação de chegada à situação de partida;
- **avaliação analítica:** além da comparação, verifica em que medida as operações realizadas contribuíram para a situação de chegada;

- **avaliação dinâmica:** que procura, além dos objetivos anteriores, “(...) criar uma interação entre análise e intervenção, de forma a sugerir correções, não só quanto ao conteúdo da operação, mas quanto à forma de a organizar e conduzir” (Idem, p.03);

Observamos que o terceiro tipo alinha-se à intenção de garantir maior dinamicidade ao processo de avaliação, para que o próprio percurso não seja limitado a uma proposta do início ao fim e seja, portanto, passível de alterações, correções e/ou adequações. Em vez de executarmos uma proposta em todos os polos do estado, em todas as UC e em todos os Conselhos, executaremos a proposta com as adequações necessárias de acordo com a análise realizada do encontro anterior, do polo anterior, com o Conselho anterior.

Segundo Rodrigues (1993, p.03), a partir da avaliação dinâmica,

O debate suscitado pela função de avaliação incide, então, também sobre a pertinência dos objectivos, sobre a qualidade das medidas, sobre a influência do contexto e sobre as atitudes dos actores mais relevantes na concretização do programa. Esta concepção de avaliação tem em vista reduzir o intervalo entre diagnóstico e soluções, assumindo explicitamente como objectivos: o apoio à reflexão estratégica, à negociação, à reorientação do programa e, em suma, à aprendizagem dos actores envolvidos na sua implementação.

Ainda, de acordo com a mesma autora, a avaliação dinâmica demanda que se articulem três etapas já conhecidas nos percursos de avaliação: *ex-ante*; *on going* e *ex-post*.

Trata-se, portanto, de uma construção complexa de recursos, critérios, indicadores e instrumentos de registro e de avaliação. Rodrigues (1993) aponta como instrumentos de análise para os diferentes tipos de avaliação que compõe a opção desta pesquisa:

- **para a avaliação de desempenho** (que visa medir a eficiência e eficácia), se recorre a indicadores de realização física;
- **para a avaliação de preparação, implantação e gestão** (visa avaliar a qualidade da metodologia), se recorre à análise documental, entrevistas de responsáveis e de outros atores relevantes etc.
- **para a avaliação de impacto** (visa medir o grau de concretização dos objetivos da proposta, bem como a contribuição desta para modificar a área sobre a qual atuou), se recorre à análise documental, fontes estatísticas, entrevistas, painéis de atores, estudos de caso, de séries históricas ou cronológicas entre outras.

Quanto ao desenvolvimento de critérios qualitativos, Minayo (2009, p.85) destaca que

A escolha de indicadores para avaliação deve ser feita em função dos aspectos que queremos analisar – por exemplo, se queremos medir ou acompanhar a eficiência, a eficácia, a efetividade ou o impacto a partir de determinada política organizacional.

Em nosso caso, como será exposto na seção sobre materiais e métodos deste projeto de pesquisa, pretendemos acompanhar e avaliar diferentes momentos e situações para observarmos tanto a eficácia (atendimento aos objetivos da formação – produtos do processo) e eficiência (bom uso dos recursos disponíveis), como a efetividade (mudanças de compreensão, por parte dos participantes, de determinados aspectos abordados ao longo da formação) e impactos (alterações no cotidiano e na dinâmica dos Conselhos e de sua gestão junto às UC). Ainda, observaremos o nível de aceitação e de abertura que viabilizam ou dificultam o desenvolvimento e execução da Formação Socioambiental.

Um apontamento importante refere-se à relação entre a concepção de avaliação e da própria proposta de formação que configura a “situação-objeto” de investigação. Ou seja, a avaliação pode passar a ser o objetivo da intervenção, no lugar da formação. Criar-se-iam espaços formativos para a avaliação. Saul (1994) alerta para o risco de nos preocuparmos em excesso com a avaliação, tomando-a o cerne da intervenção formativa ou educacional, fazendo com que o esforço de construção necessário não seja sobre os objetivos e finalidades da formação (seja de que natureza for).

A questão, portanto, não está exclusivamente na avaliação. Trabalhar com avaliação é importante, no sentido de que a entendamos vinculada a uma prática educacional necessária para que se saiba como se está, enquanto aluno, professor e conjunto da Escola; o que já se conseguiu avançar, como se vai vencer o que não foi superado e como essa prática será mobilizadora para os alunos, para os professores, para os pais. Ai sim, vale a pena pensar na reformulação do processo de avaliação, juntamente com a reformulação de todo o processo da Educação, servindo às nossas crenças, às nossas atuações, às nossas ações do cotidiano. (SAUL, 1994, p.67).

Embora a autora se refira a espaços escolares, é possível estender as mesmas afirmações a espaços não formais de educação, como o caso da Formação Socioambiental nos Conselhos – aqui tomados como *lócus* privilegiado para processos de ensino-aprendizagem, tal como exposto por Quintas (2006a; 2006b). Assim, foram estabelecidos – dialogicamente com a proposta de avaliação e mesmo deste projeto aqui exposto, os objetivos, finalidades e metodologia de execução da Formação Socioambiental – de forma a construirmos ambos (desenvolvimento da formação e avaliação da mesma) de maneira a corresponder às concepções de educação, de meio ambiente, de educação e gestão ambiental, apresentadas anteriormente. Não é a formação que gira em torno da avaliação, nem o contrário. Busca-se o diálogo entre ambas, uma vez que, como será uma avaliação processual (DEMO, 2012), pretende-se que análises realizadas ao longo da formação subsidiem reflexões e correções de percurso, de acordo com os objetivos colocados.

Material e Métodos

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa. Em sendo uma experiência de se articular a participação e formação socioambiental com ações de fiscalização ambiental num contexto maior de gestão ambiental pública, a opção por estes tipos de investigação se justifica por sua utilização

direcionada, usualmente, a “(...) desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p.27). Contudo, considerando as contribuições do mesmo autor, assume também aspectos de pesquisa descritiva, uma vez que se dedicará a descrever características do fenômeno estudado para posterior relacionamento entre as variáveis.

Como já mencionado na seção anterior, a opção pela pesquisa participante baseia-se tanto na concepção exposta por Brandão (1985), relativa à vivência ativa nas situações objeto de observação, como também àquilo que Gil (2008), apresenta como um tipo de pesquisa apoiada no reconhecimento de que “(...) a realidade não é fixa e o observador e seus instrumentos desempenham papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados” (p.31).

As técnicas de coleta de dados a serem empregadas serão, basicamente, a observação sistemática, a entrevista e o questionário com questões abertas e fechadas. De acordo com Gil (2008),

A observação sistemática é freqüentemente utilizada em pesquisas que têm como objetivo a descrição precisa dos fenômenos ou o teste de hipóteses. Nas pesquisas deste tipo, o pesquisador sabe quais os aspectos da comunidade ou grupo que são significativos para alcançar os objetivos pretendidos. Por essa razão, elabora previamente um *plano de observação* (p.104. Grifo nosso).

Já a entrevista, para o mesmo autor,

(...) a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008, p.109).

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa, haverá maiores condições para definirmos se as entrevistas serão, segundo Gil (2008) do tipo “informal”, a qual é menos estruturada possível, se será focalizada (livre de estrutura, mas focada em um aspecto específico que orienta a entrevista e garante a busca de profundidade no foco escolhido), se será por pautas (em que se fazem perguntas iniciais e se deixa o entrevistado falar livremente) e se serão individuais e/ou em grupos.

As etapas de desenvolvimento da pesquisa são:

1. Realização de revisão de literatura a respeito de temas que fundamentam tanto uma compreensão conceitual e teórica do contexto (gestão ambiental pública) que envolve o objeto de pesquisa (o processo participativo na gestão ambiental pública que se toma como formativo), como também o já iniciado neste projeto, a respeito do campo da avaliação. (objetivos 1, 2 e 3)
2. Baseando-nos na revisão de literatura sobre representações sociais de meio ambiente, gestão ambiental pública, participação, conselhos, unidades de conservação e conflitos

- socioambientais⁷, construir seqüências lógicas de abordagens a cada tema, em situações como palestras, aulas, oficinas etc., demarcando um percurso formativo. (objetivo 1)
3. Baseando-nos em revisão de literatura sobre técnicas de diagnóstico participativo e planejamento de intervenções socioambientais, desenvolver, nas mesmas seqüências lógicas de abordagens, no mesmo percurso formativo. (objetivo 1)
 4. Com base na revisão de literatura sobre avaliação, ratificar uma matriz lógica de avaliação (iniciada com o Quadro 3, neste projeto de pesquisa), bem como os instrumentos de coleta de evidências (iniciados com os apêndices 1, 2 e 3). (objetivos 2 e 3)
 5. Construir e realizar uma agenda de encontros formativos com os Conselhos das UC (Quadro 1) e aplicar os instrumentos de coleta e registro de evidências (planos de observação, questionários, entrevistas). (objetivo 1)
 6. Sistematizar e tabular os dados e informações, a fim de subsidiar análises quantitativas e qualitativas, que por sua vez basearão a avaliação de todo o processo. (objetivo 3).

A Formação Socioambiental está estruturada em três encontros (Quadro 1) que deverão ocorrer bimestralmente, ao longo de um semestre, em cada um dos polos envolvidos (Quadro 2). Os encontros estão organizados com base na construção de momentos formativos, que abordam:

- **Momento A:** Algumas maneiras de olhar e de compreender;
- **Momento B:** Mapeando e buscando reconhecer o território;
- **Momento C:** Planejando intervenções.

Quadro 1 – Momentos do percurso formativo a ser pesquisado, analisado e avaliado.

Momentos	Blocos	Temas	
A. 4h a 6h	1. Sobre representações de “natureza” e meio ambiente 2. Sobre gestão ambiental, participação, conselhos, unidades de conservação, conflitos socioambientais. Encomenda de informações para a oficina seguinte.	- Natureza e cultura - Cultura e natureza - Sobre gestão ambiental - Sobre participação - Sobre conselhos - Sobre unidades de conservação da “natureza” - Sobre conflitos socioambientais	1ª oficina com conselho
B. 4h a 6h	3. Reconhecimento territorial e compreensão da problemática socioambiental (com base nas informações da fiscalização). Encomenda de definições para a oficina seguinte.	- Ferramentas de diálogo (Diagrama de Venn; Diagrama de Fluxos) - Dados gerados a partir dos resultados de operações da fiscalização	2ª oficina – 2 meses depois
C. 4h a 6h	4. Definição e justificativas das prioridades. 5. Definição de plano de trabalho próprio para lidar com tais prioridades (como acompanhar, monitorar, comunicar-se com outros agentes, autoridades etc.).	- Alguma técnica participativa de definição de prioridades (MAPP) - Alguma técnica participativa que auxilie a construção de um plano (MAPP)	3ª oficina – 2 meses depois

⁷ Partimos da premissa de que tais temas são importantes para consolidar uma compreensão em perspectiva crítica do papel de Conselhos de UC, bem como os meios e situações formativas direcionadas a fomentar e qualificar sua participação na gestão das Unidades, inicialmente na fiscalização ambiental.

O acompanhamento e avaliação da Formação Socioambiental serão realizados junto aos Conselhos de quinze Unidades de Conservação, geridas pela Fundação Florestal e Instituto Florestal, cujas dinâmicas de envolvimento com a proposta serão observadas e analisadas durante intervenções educadoras. Tais intervenções direcionam-se a compartilhar, com conselheiros e gestores, técnicas e procedimentos que visam à identificação, compreensão, diagnóstico de problemas ambientais das UC e planejamento de ações dirigidas a lidar com suas respectivas causas (sociais, culturais, econômicas, políticas, históricas etc.).

Recorte

As unidades escolhidas para o desenvolvimento das intervenções junto aos respectivos Conselhos estão expostas no Quadro 2 e fazem parte do Sistema Integrado de Monitoramento (SIM), implementado pela Coordenadoria de Fiscalização Ambiental e parceiros com o objetivo de otimizar esforços para a fiscalização das áreas ambientalmente protegidas e de posse do Estado. Essa UC foram organizadas em polos que têm entre uma e três UC de proteção integral. A organização em polo permite que a proposta de FS abarque, também, eventuais UC de uso sustentável que componham o território da UC de proteção integral.

Quadro 2 – Polos, unidades de conservação e regiões do SIM a serem trabalhados.

Polo	Unidades de Conservação	Região SIM
1	1. PE Itapeatinga	Metropolitana
	2. MONA Pedra Grande	
	3. PE Itaberaba	
2	4. FE Edmundo Navarro de Andrade	Interior Centro-oeste
3	5. EE Angatuba - IF	
4	6. PE Aguapeí	Interior Extremo Oeste
	7. PE Rio do Peixe	
	8. PE Morro do Diabo	
5	9. MONA Pedra do Baú	Litoral Norte Vale do Paraíba
	10. PE Mananciais de Campos do Jordão	
	11. PE Campos do Jordão	
6	12. PE Serra do Mar - Caraguatatuba	Baixada Santista
7	13. PE Serra do Mar - Itutinga Pilões	
8	14. PE LAGAMAR de Cananéia	Litoral Sul Vale do Ribeira
9	15. PE Carlos Botelho	

Adiante expomos também o mapa do Estado de São Paulo (mapa 1) no qual se ilustra a distribuição das UC de proteção integral que fazem parte do Sistema Integrado de Monitoramento – SIM, bem como, dentre essas UC, aquelas que contarão com as intervenções de Formação Socioambiental - FS no âmbito do SIM.

São UC que se encontram localizadas por praticamente todo o estado de São Paulo e que, segundo matrizes preenchidas pelos gestores das UC e tenentes dos pelotões de fiscalização da Polícia Militar Ambiental, têm problemas mais críticos relativos à caça, à pesca, à extração de *euterpes edulis* (Palmito-juçara), às ocupações irregulares, aos incêndios florestais entre outros problemas que, notadamente, não

são gerados exclusivamente dentro das UC, mas veem, muitas vezes, de seu exterior, com causas de ordem social, econômica, política, cultural e histórica.

As UC foram definidas no âmbito do Grupo de Trabalho da Formação Socioambiental⁸ do Sistema Integrado de Monitoramento (SIM) e ratificado pelo Grupo Gestor do SIM⁹. Os critérios utilizados para definir as UC foram:

- 1) Estar no universo de UC de proteção integral inscritas no SIM;
- 2) Contar com o espaço do Conselho formado;
- 3) O(A) gestor(a) da UC estar predisposto(a) a participar do trabalho;
- 4) Preferencialmente UC representantes de cada região geográfica do Estado de São Paulo considerando o recorte do SIM.

Os locais em que este projeto se desenvolverá serão as UC, mais especificamente os espaços de seus Conselhos Consultivos. Serão desenvolvidos, por um grupo de trabalho da SMA, encontros denominados Formação Socioambiental, voltados a envolver os conselheiros com o desenvolvimento de abordagens a problemas ambientais de fiscalização na UC.

O material a ser estudado compõe-se basicamente de observações das reuniões/intervenções e registros feitos pela equipe executora, que também responde por esta pesquisa.

Tanto a coleta de dados, como a análise do material será orientada por plataformas que determinam os objetos de avaliação da pesquisa e orientam os momentos e instrumentos para o processo de avaliação. A seguir elencamos as plataformas, seus objetos de avaliação e momentos de abrangência dentro da proposta de FS. O Quadro 3 indica os critérios, indicadores e instrumentos que serão utilizados em cada uma das plataformas.

- Plataforma 1 – **Desenvolvimento da proposta e planejamento da Formação Socioambiental – SIM:** busca avaliar o processo de desenvolvimento da proposta de Formação Socioambiental num contexto institucional de fiscalização e, especificamente, de gestão de unidades de conservação. Remete-se ao momento anterior ao início dos encontros com os Conselhos das Unidades de Conservação;
- Plataforma 2 – **Execução da proposta, Eficácia e eficiência:** avalia a eficácia – se os objetivos colocados à FS foram alcançados – e eficiência – disponibilidade e uso de recursos, bem como a necessidade de alterações, suas razões, justificativas etc. Limita-se ao período em que ocorrerem os encontros e oficinas;

⁸ Composto por representantes da Coordenadoria de Fiscalização Ambiental, Fundação Florestal, Instituto Florestal, Instituto de Botânica e Polícia Militar Ambiental.

⁹ Criado pela Resolução SMA 76/2012.

- Plataforma 3 – **Aceitação da proposta:** avalia a pertinência da proposta em áreas mais ligadas à gestão e à fiscalização, o quanto foi compreendida e aceita pelos grupos aos quais a FS foi exposta como componente da gestão ambiental pública e estratégia de enfrentamento dos problemas de fiscalização nas UC. Abrange tanto o período anterior como de execução da FS;
- Plataforma 4 – **Efetividade da proposta:** avalia o alcance da proposta, ou seja, se a FS foi apropriada pelos participantes que tiveram acesso à metodologia. Deverá ser observada ainda no momento de execução (já iniciados os encontros) e se estenderá para o momento posterior às intervenções junto aos Conselhos;
- Plataforma 5 – **Impacto da proposta:** avalia se houve desdobramentos das experimentações realizadas em cada Conselho, pouco antes do término e após sua execução.

Entende-se por reuniões/intervenções, as situações criadas, sugeridas e realizadas pela equipe e/ou demandadas por instituições parceiras. Nesse rol de situações, já tivemos:

- Apresentação da proposta de se trabalhar a dimensão formativa do plano de fiscalização ambiental de UC ao Grupo Gestor do SIM.
- Apresentação da proposta nas oficinas de trabalho do Sistema Integrado de Monitoramento, em cada uma das regiões do estado (Metropolitana, Interior Centro-oeste, Interior Extremo-oeste, Litoral Centro, Litoral Vale do Paraíba e Litoral Vale do Ribeira – ver mapa 1). Em cada situação a proposta de Formação Socioambiental foi exposta a gerentes regionais da Fundação Florestal, gestores de UC e integrantes de pelotões da Polícia Militar Ambiental.
- Apresentação do formato da FS-SIM a diretores e gerentes da Fundação Florestal.
- Apresentação do formato da FS-SIM ao Grupo Gestor do SIM.
- Apresentação do formato da FS-SIM aos(às) gestores(as) das UC definidas para participarem dos trabalhos.
- Os encontros com os Conselhos das UC envolvidas, para exposição da proposta.

Para cada situação, a partir do encontro com os gestores, uma ficha para registro de dados e informações foi desenvolvida, tendo como base a matriz lógica de avaliação (ver Quadro 3). Nos apêndices 1, 2, 3 e 4 há as fichas desenvolvidas até o momento.

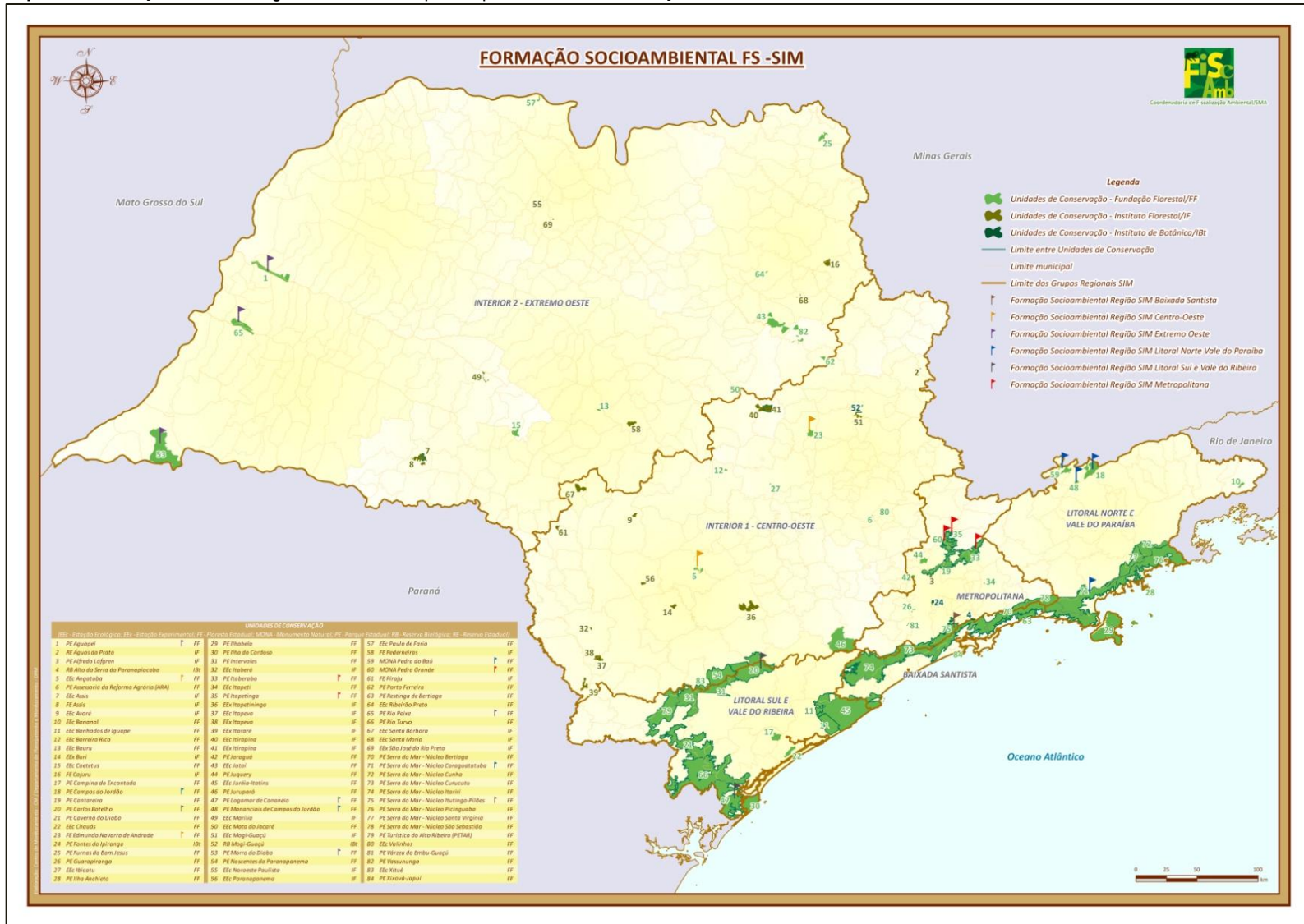
Assim, as fichas servem como instrumento de coleta de informações, conforme previsto na matriz lógica de avaliação, contemplando também os indicadores e respectivos critérios e plataformas de avaliação.

Considerando a breve discussão realizada na seção de revisão bibliográfica deste projeto, a matriz é composta por cinco plataformas e respectivos critérios de avaliação, indicadores e instrumentos de coleta e registro de dados e informações.

O Quadro 3 demonstra a matriz e seus componentes. Os apêndices 1, 2,3 e 4 deste projeto ilustram alguns dos instrumentos (fichas para registro) que já temos.

Em princípio, a intenção do projeto é coletar e registrar o acompanhamento de todos os encontros, em todas as UC expostas no Quadro 2. A finalidade é também analisar a totalidade de intervenções feitas. No entanto, a depender: 1) da agenda e disponibilidade dos Conselhos; 2) do volume de trabalho gerado para ser tratado com maior profundidade e grau de contribuição às análises e avaliações posteriores e, também, 3) da dinâmica a ser construída com cada Conselho e cada polo de UC, pretendemos, caso necessário, definir outro recorte, para a análise do material coletado. Poderá ser mais restritivo, determinando a seleção de unidades que comporão o quadro de UC cujos dados e informações registrados passarão por um tratamento analítico diferenciado a fim de buscar os objetivos desta pesquisa. Justificamos a possibilidade de alteração do recorte devido ao caráter dinâmico da proposta de trabalho, no qual o desenvolvimento das intervenções depende de inúmeras variáveis submetidas aos próprios Conselhos, às instituições gestoras e respectivos profissionais. Caso haja alteração deste recorte inicial de intervenção e de pesquisa, as razões serão devidamente expostas, bem como os critérios utilizados, fazendo parte, assim, da própria análise ao longo do desenvolvimento dos trabalhos.

Mapa 1 - Localização das UC integradas ao SIM e aquelas que receberão a Formação Socioambiental.



Quadro 3 – Matriz lógica de avaliação da Formação Socioambiental.

Plataforma de avaliação	CrITÉrios de avaliação	Indicadores de avaliação	Instrumentos	Momento/situaÇão/público
<p>1 – Desenvolvimento da proposta e planejamento da Formação Socioambiental - SIM (para avaliarmos o processo de desenvolvimento da proposta de Formação Socioambiental num contexto institucional de fiscalização e, especificamente, de gestão de unidades de conservação)</p>	<p>– Abertura na CFA;</p>	- Alguma restrição à essência da proposta?	Reflexão e registro (resposta a uma pergunta)	O quanto antes/equipe CFA
		- Permissão para a equipe dedicar-se à proposta?	Reflexão e registro (resposta a uma pergunta)	O quanto antes/equipe CFA
		- Integração da proposta à rotina do plano de fiscalização de UCs?	Reflexão e registro (apresentações integradas etc.)	O quanto antes/equipe CFA
	<p>– Aderência dos parceiros (FF, IF, IBt, PAmb);</p>	- Participação no GT;	Sistematizar reuniões, presenças	O quanto antes/equipe CFA + GT
		- Contribuições à proposta;	Levantar e sistematizar contribuições (teóricas, conceituais, metodológicas) à proposta	O quanto antes/equipe CFA + GT
		- Subsídios ao desenvolvimento da proposta (atendimento a demandas, dados, informações etc.);	Levantar e sistematizar respostas a demandas feitas	Reuniões do Grupo Gestor do SIM; reunião com gerentes e diretores FF/ equipe + GT
		- Compromisso assumido pelas UCs;	Registro da quantidade de UCs que aderiram	Após o Encontro com Gestores (21/05/13) e a cada encontro das FS
	<p>– Rotina de trabalho;</p>	- Interrupções na dedicação à proposta?	Reflexão e registro (resposta a uma pergunta)	O quanto antes/equipe CFA + GT
		- Integração da proposta à rotina da CFA?	Reflexão e registro (resposta a uma pergunta)	O quanto antes/equipe CFA + GT
	<p>– Acesso aos canais do público a ser trabalhado;</p>	- Possibilidade de acessar diretamente os parceiros?	Reflexão e registro (resposta a uma pergunta)	O quanto antes/equipe CFA + GT
		- Autonomia para agendar reuniões do GT?	Reflexão e registro (resposta a uma pergunta)	O quanto antes/equipe CFA + GT
	<p>– Mudanças de datas e justificativas;</p>	- Mudanças de datas? Quantas? Quais? Por quê?	Levantar e sistematizar respostas	O quanto antes/equipe CFA + GT

2 – Execução da proposta Eficácia e eficiência (para avaliarmos a eficácia – se objetivos colocados à FS foram alcançados – e eficiência – disponibilidade e uso de recursos, bem como a necessidade de alterações, suas razões, justificativas etc.)	- Cumprimento de datas, horários, programações;	- 1º semestre de 2013 para desenvolvimento e 2º para execução?	Reflexão e registro (resposta à pergunta)	Após todo o percurso da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
		- Cumprimento de horários dos encontros/oficinas?	Registro sistemático dos horários e datas marcados e realizados	Após cada MOMENTO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
		- Alterações na programação dos encontros/oficinas?	Registro sistemático de alterações nas programações	Após cada MOMENTO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
	- Presença (quantidade e variedade);	- Variação na quantidade de presentes em cada UC;	Registro (lista) sistemático da presença	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
		- Diversidade de presentes em cada UC;	Registro (lista) sistemático da presença	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
	- Compreensão/opinião da/sobre a proposta;	- Comentários, questionamentos sobre a proposta?	Registro (ficha) e sistematização de questões levantadas pelos Conselhos	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
		- Atendimento aos encaminhamentos feitos aos Gestores?	Registro (ficha) e sistematização das respostas trazidas aos encaminhamentos	Após ENCONTRO com GESTORES (maio-13)/equipe CFA + GT
		- Opiniões, leitura, posicionamento dos conselheiros e gestores acerca da FS (em seu sentido, proposta metodológica e objetivos).	Registro (ficha) e sistematização de respostas dadas pelos participantes	Após O PERCURSO da FS com Conselhos
	- Compreensão dos temas trabalhados;	- Comentários, dúvidas a cada tema, de cada oficina?	Registro (ficha) e sistematização das dúvidas colocadas	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
		- Atendimento aos encaminhamentos feitos	Registro (ficha) e sistematização das respostas trazidas aos encaminhamentos	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
		- Metas da proposta atendidas?	Registro (ficha) de planos feitos e indícios (possibilidades reconhecidas) de utilização da metodologia de trabalho pelos Conselhos e/ou Gestores	Após O PERCURSO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
		- Resultados (produção dos Conselhos) correspondentes aos objetivos da proposta?	Caracterização (tabela) e sistematização dos produtos (planos)	Após O PERCURSO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
	- Condições para trabalhar (deslocamento, espaços cedidos)	- Disponibilidade de carro SMA?	Reflexão e registro (ficha)	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA

	etc.);	- Existência de condições para público participar?	Registro (ficha) de condições oferecidas/dificuldades para se deslocar aos encontros, formas de agendar datas entre os conselheiros etc.	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA
		- Existência de espaços para os encontros/oficinas?	Registro (ficha) das condições dos espaços, de casos em que não houve espaço ou alterações de espaço	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA
		- Disponibilidade de alimentação?	Registro de casos em que não houve alimentação e respectivos motivos	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA
	- Opções metodológicas da FS	- Pertinência dos conteúdos/temas trabalhados	Registro (ficha) de ocorrências sobre pertinência dos temas	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
		- Eficácia das técnicas empregadas	Registro (ficha) de ocorrências do tipo: necessidade de alterações (e justificativas); necessidade de não aplicação ou substituição de técnicas (e justificativas)	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
		- Tempo: duração da formação; carga horária; periodicidade dos encontros.	Registro (ficha) de observações e comentários	Durante os encontros/Conselheiros - Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
	- Aderência de parceiros à execução da proposta e envolvimento	- Atendimentos a demandas, presença e participação nos encontros.	Registro (ficha) de observações e comentários	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
3 – Receptividade da proposta (para avaliarmos a pertinência da proposta em áreas mais ligadas à gestão e à fiscalização, o quanto foi compreendida e aceita pelos grupos aos quais a FS foi exposta como componente da gestão ambiental pública e estratégia de enfrentamento dos problemas de fiscalização nas UCs)	- Percepção CFA	- Como colegas da CFA entendem a dimensão educadora do trabalho de fiscalização?	Registro de resposta a pergunta aberta.	
		- Como dirigentes da CFA entendem a dimensão educadora do trabalho de fiscalização?	Registro de resposta a pergunta aberta.	
		- Que expectativas há sobre esta dimensão e sobre a proposta?	Registro de resposta a pergunta aberta.	
	- Percepção Grupo Gestor do SIM	- Identificam a existência de uma dimensão educadora no processo de fiscalização?	Registro de resposta a pergunta aberta.	

		- Como integrantes do Grupo Gestor entendem a dimensão educadora do trabalho de fiscalização?	Registro de resposta a pergunta aberta.	
		- Que expectativas há sobre esta dimensão e sobre a proposta?	Registro de resposta a pergunta aberta.	
	- Percepção parceiros (FF, IF, IBt, PAmb);	- Identificam a existência de uma dimensão educadora no processo de fiscalização?	Registro de resposta a pergunta aberta.	
		- Como integrantes do GT FS SIM entendem a dimensão educadora do trabalho de fiscalização?	Registro de resposta a pergunta aberta.	
		- Que expectativas há sobre esta dimensão e sobre a proposta?	Registro de resposta a pergunta aberta.	
	- Percepção de coordenadores e diretores FF;	- Identificam a existência de uma dimensão educadora no processo de fiscalização?	Registro de resposta a pergunta aberta.	
		- Como gerentes e diretores da FF entendem a dimensão educadora do trabalho de fiscalização?	Registro de resposta a pergunta aberta.	
		- Que expectativas há sobre esta dimensão e sobre a proposta?	Registro de resposta a pergunta aberta.	
	- Percepção de Gestores;	- Identificam a existência de uma dimensão educadora no processo de fiscalização?	Registro de resposta a pergunta aberta.	Após ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
		- Como gestores de UC entendem a dimensão educadora do trabalho de fiscalização?	Registro de resposta a pergunta aberta.	Após ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
		- Que expectativas há sobre esta dimensão e sobre a proposta?	Registro de resposta a pergunta aberta.	Após ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
	- Percepção de conselheiros;	- Identificam a existência de uma dimensão educadora no processo de fiscalização?	Registro de resposta a pergunta aberta.	Após ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT

		- Como conselheiros entendem a dimensão educadora do trabalho de fiscalização?	Registro de resposta a pergunta aberta.	Após ENCONTRO da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
		- Que expectativas há sobre esta dimensão e sobre a proposta?	Registro de resposta a pergunta aberta.	
4 – Efetividade da proposta (para avaliarmos o alcance da proposta, ou seja, se a FS foi apropriada pelos participantes que tiveram acesso à metodologia).	- Planos elaborados;	- Quantidade de planos elaborados;	Registro dos planos elaborados	Ao final do percurso da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
	- Intervenções (e possíveis padrões identificados);	- Variedade de intervenções (e possíveis padrões identificados);	Registro e sistematização das intervenções planejadas	Ao final do percurso da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
	- Utilização (ou intenção de utilização) da metodologia para abordar outras questões da UC, além de problemas ambientais de fiscalização;	- Demonstrações de utilização (ou de intenção) da metodologia para abordar outras questões da UC, além de problemas ambientais de fiscalização;	Registro de demonstrações espontâneas e/ou induzidas de utilização da metodologia para outras questões de gestão da UC	Ao final do percurso da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
	Significados do processo aos participantes	- Leitura dos participantes quanto à importância da proposta para sua atuação como conselheiro e agente social	Coleta de respostas a questionários e registro de respostas em entrevistas semi-estruturadas	Após cada ENCONTRO da FS com Conselhos e após todo o processo.
		- Leitura dos participantes quanto ao nível de aprendizagem		
- Leitura dos participantes quanto à qualidade da proposta e de sua condução;				
- Leitura dos participantes quanto à pertinência dos temas e abordagens.				
	Grau de apropriação da proposta metodológica.	Registro com escala (ficha) para auto-avaliação dos participantes	3º Encontro da FS	
5 – Impacto da proposta (para avaliarmos se houve desdobramentos das experimentações realizadas em cada Conselho)	- Desdobramentos das intervenções;	- Resultados da avaliação das intervenções proposta pela metodologia (3º encontro)	Acesso aos quadros de avaliação preenchidos (fornecidos no 3º encontro)	Após o percurso da FS com Conselhos/equipe CFA + GT
	- Relações com variações nas incidências dos problemas ambientais da UC;	- Coincidências entre variações nos dados sobre o problema ambiental trabalhado pelo Conselho e as intervenções planejadas	Comparação entre resultados das intervenções e histórico de dados do SIM	Após o percurso da FS com Conselhos/equipe CFA + GT

Em que:

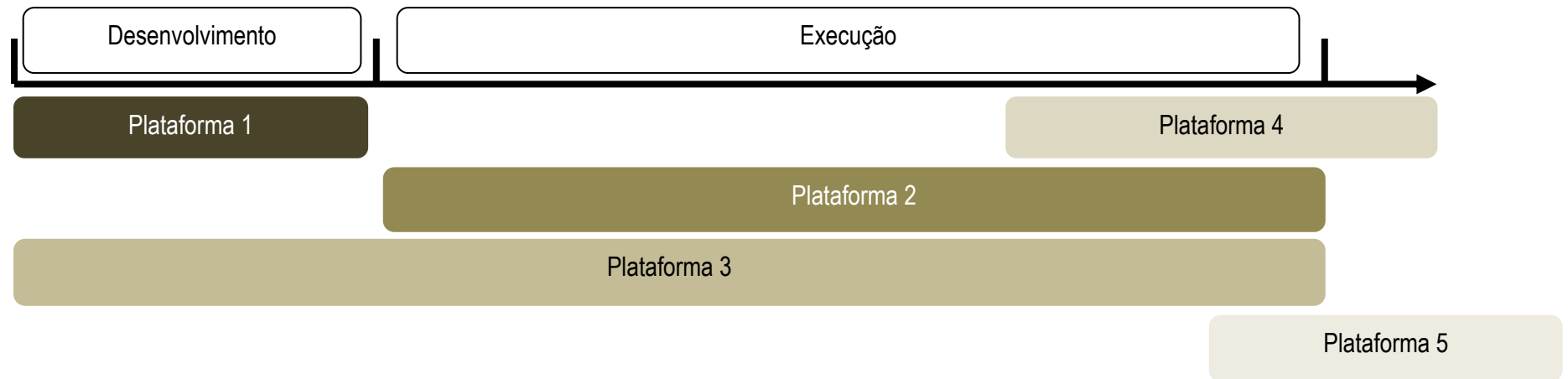
A **plataforma 1** (Desenvolvimento da proposta e planejamento da Formação Socioambiental - SIM) remete-se ao momento anterior ao início dos encontros com os Conselhos das Unidades de Conservação.

A **plataforma 2** (Execução da proposta) limita-se ao período em que ocorrerem os encontros e oficinas.

A **plataforma 3** (Aceitação da proposta) abrange tanto o período de anterior como de execução da FS.

A **plataforma 4** (Efetividade da proposta) deverá ser observada ainda no momento de execução (já iniciados os encontros) e se estenderá para o momento posterior às intervenções junto aos Conselhos.

A **plataforma 5** (Impacto da proposta) dedica-se a observar os desdobramentos da intervenção da FS do SIM, pouco antes do término e após sua execução.



Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**. V.24.n.68. São Paulo, IEA-USP, 2010.
- ALIER, J. M. El ecologismo de los pobres. **Revista WANI**, n.125, abril, Manágua, Nicarágua, Universidad Centroamericana (UCA), 1992.
- _____. **O ecologismo dos pobres**. Tradução: Márcio Waldman. São Paulo, Contexto, 2007.
- BRANDÃO, C.R. **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos: escritos para conhecer, pensar e praticar o Município Educador Sustentável**. 2ª ed. Brasília, MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.
- BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. B. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.
- BRITO, M. C. W. **Unidades de conservação: intenções e resultados**. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2000.
- COSTA, L. M. Territorialidade e Racismo Ambiental: elementos para se pensar a educação ambiental crítica em unidades de conservação. In: LOUREIRO, C. B. F. **Educação ambiental, gestão pública, movimentos sociais e formação humana: uma abordagem emancipatória**. 1. ed. São Carlos, RIMA, 2009.
- DEMO, P. **Avaliação qualitativa: ensaio introdutório**. IPEA/IPLAN, 1985, 23pp. (mimeo).
- _____. Qualidade da Educação: tentativa de definir conceitos e critérios de avaliação. **Estudos em Avaliação Educacional** (Fund. Carlos Chagas). n.2, p. 11-26. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, 1990.
- _____. Teoria e prática da avaliação qualitativa. **Perspectivas**, Campos dos Goytacazes, v.4, n.7, p. 106-115, janeiro/julho 2005.
- _____. **Educação, Avaliação Qualitativa e Inovação – I. Série Documental. Textos para Discussão**. Brasília, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2012.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Hucitec, 1996.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisas sociais**. 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2008.
- GONÇALVES, L. de F. **Programa de avaliação do sistema educacional do Estado do Paraná – AVA – 1995/2002: uma avaliação a serviço da formação humana, ou de favorecimento ao mercado econômico?** Dissertação (Mestrado em Educação e Trabalho). 184 fls. Universidade Federal do Paraná, 2005.
- GUIMARÃES, M. Intervenções educacionais: do ‘de grão em grão a galinha enche o papo’ ao ‘tudo junto ao mesmo tempo agora’. In: FERRARO JR., L. A. (org.). **Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores**. Brasília, MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.
- IBAMA. **Unidades de Conservação: conservando a vida, os bens e os serviços ambientais**. Brasília, IBAMA, 2008.
- LAYRARGUES, P. P. A crise ambiental e suas implicações na educação. In: QUINTAS, J. S. (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3ed. Brasília, Ibama, 2006.
- MATAREZI, J. Estruturas e espaços educadores. In: FERRARO JR., L. A. (org.). **Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores**. Brasília, MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

- MATTOS, L. M. A. **A avaliação de ações de educação ambiental**: um estudo exploratório no âmbito da gestão pública sob uma perspectiva crítica. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). 210 fls. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- MINAYO, M. C. de S. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**. n.33 (1 Supl. 1): 83-91. Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.
- MOREIRA, A. C. C. **Reserva Extrativista do Bairro Mandira**: a viabilidade de uma incerteza. São Paulo, Annablume, FAPESP, 2000.
- MORSELLO, C. **Áreas protegidas públicas e privadas**: seleção e manejo. São Paulo, Annablume/FAPESP, 2001.
- OLIVEIRA, A.; TONSO, S. **Espaço Educador**: um conceito em formação. Anais do VI Encontro Nacional ANPPAS. Belém, 2012. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT6-393-633-20120622220043.pdf>>. Acesso em 02 jul 2013.
- PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de Unidades de Conservação**: guia sobre sua criação e seu funcionamento. Piracicaba, Imaflora, SP; Belém, Imazon, PA, 2009.
- QUINTAS, J. S. **Introdução à gestão ambiental pública**. 2ª ed. revista. Brasília, IBAMA, 2006a.
- QUINTAS, J. S. (org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. 3ª ed. Brasília, Ibama, 2006b.
- RODRIGUES, M. J. Avaliação e aprendizagem social: uma proposta de metodologia. **Documento de trabalho**. Portugal, Lisboa, Dinâmia/FCT, 1993.
- SÃO PAULO (Estado). **Unidades de Conservação da Natureza**. Cadernos de Educação Ambiental. São Paulo, Secretaria de Meio Ambiente, 2009.
- SAUL, A. M. A Avaliação educacional. **Idéias**. São Paulo, FDE, n.22, p.61-8, 1994.
- SIMÕES, E.; FERREIRA, L. C.; JOLY, C. A. O dilema de populações humanas em parques: gestão integrada entre técnicos e residentes no Núcleo Picinguaba. **Sustentabilidade em Debate**. Brasília, v.2, n. 1, p.17-32, jan/jul 2011.
- SOARES, M. C. C. (org.) **Entorno de Unidades de Conservação**: estudo de experiências com UC de proteção integral. Rio de Janeiro, FUNBIO, 2002.
- SCOTTO, G. (coord.) **Conflitos ambientais no Brasil**: natureza para todos ou somente para alguns? Rio de Janeiro, IBASE, 1997.
- WORTHEN, B. R., SANDERS, J. R. e FITZPATRICK, J. L. (tradução Dinah de Abreu Azevedo) **Avaliação de programas**: concepções e práticas. São Paulo, Editora Gente, 2004.

Quadro 4 - Cronograma Físico

Ação/ prazo	Agosto/2013	Outubro/2013	Dezembro/2013	Jan a jun/2014
1º Encontro	Registros em fichas e aplicação de questionários - Execução da proposta Eficácia e eficiência			
2º Encontro		Registros em fichas e aplicação de questionários sobre: Execução da proposta Eficácia e eficiência (para avaliarmos a eficácia – se objetivos colocados à FS foram alcançados – e eficiência – disponibilidade e uso de recursos, bem como a necessidade de alterações, suas razões, justificativas etc.). Registros em fichas e aplicação de questionários sobre: Efetividade da proposta		
3º Encontro			Registros em fichas e aplicação de questionários sobre: Efetividade da proposta (para avaliarmos o alcance da proposta, ou seja, se a FS foi apropriada pelos participantes que tiveram acesso à metodologia). Registros em fichas e aplicação de questionários sobre: Impacto da proposta	
Questionários e entrevistas				Registros em fichas e aplicação de questionários e entrevistas sobre: Impacto da proposta
Relatório				Análise dos dados e redação do relatório

Quadro 5 - Origem dos Recursos

Recurso	Origem
Materiais para os encontros/oficinas	CFA
Equipe de profissionais/pesquisadores e deslocamentos	CFA/FF/IF
Recursos audiovisuais	CFA/FF/IF
Materiais de apoio	CFA
Espaços físicos	FF/IF
Comunicação com conselheiros	FF/IF
Alimentação	FF/IF

APÊNDICES

Ficha de avaliação FS – SIM: Período de desenvolvimento da proposta (Nome)

Plataforma de avaliação 1 – Desenvolvimento da proposta e planejamento da execução

Critérios de avaliação – Abertura na CFA

1. Houve, em algum momento, alguma restrição à essência da proposta?

2. As chefias dos técnicos envolvidos, em algum momento, demonstraram preterir a participação de um técnico diante de algo considerado prioritário?

3. A proposta foi incorporada à rotina do plano de fiscalização de UC? Que situações sustentam isso?

Critérios de avaliação – Rotina de trabalho

4. Houve situações que caracterizaram algum tipo de interrupção na dedicação à proposta? Se houve, quais?

5. Há elementos que caracterizem a integração da proposta à rotina da CFA? Quais, por exemplo?

Critérios de avaliação – Acesso aos canais do público a ser trabalhado

- 6. Sempre houve a possibilidade de acessar diretamente os parceiros dos órgãos envolvidos (Fundação Florestal, Instituto Florestal, Polícia Militar Ambiental, Instituto de Botânica)?**

Escolher um item.

Comentário:

- 7. A equipe sempre contou com autonomia para agendar reuniões do GT?**

Escolher um item.

Comentário:

Critério de avaliação – Mudanças de datas e justificativas

- 1. Houve mudanças de datas? Quantas? Quais? Por quê?**

Escolher um item.

APÊNDICE 2 - FICHA avaliação - Encontro com Gestores

Plataforma 2 – Execução da proposta

2.2 Critério - Cumprimento de datas, horários, programações;

		SIM	NÃO
Indicadores:	Cumprimento de horários dos encontros/oficinas?		
	Alterações na programação dos encontros/oficinas?		
OBS.:			

2.3 Critério - Presença (quantidade e variedade);

		Presentes	% de UC
Indicador:	Variação na quantidade de presentes de cada UC;		
OBS.:			

		Média de presentes por UC	% de UC com equipe
Indicador:	Diversidade de presentes de cada UC;		
OBS.:			

2.4 Critério - Compreensão da proposta;

		SIM	NÃO
Indicadores:	Comentários, questionamentos sobre a proposta?		
	Atendimento aos encaminhamentos feitos aos Gestores?		
Registros de comentários:			

2.5 Critério - Compreensão dos temas trabalhados;

		SIM	NÃO
Indicador:	Comentários, dúvidas a cada tema, de cada oficina?		
Registros de comentários, dúvidas:			

2.6 Critério - Condições para trabalhar (deslocamento, espaços cedidos etc.);

		SIM	NÃO
Indicadores:	Disponibilidade de carro SMA?		
	Existência de condições para público participar?		
	Existência de espaços para os encontros/oficinas?		
	Disponibilidade de alimentação?		
OBS.:			

Plataforma 3 - Receptividade da proposta

2.1 Critério - Percepção de Gestores

		SIM	NÃO
Indicadores:	Identificam a existência de uma dimensão educadora no processo de fiscalização?		
OBS.:			
- Como gestores de UC entendem a dimensão educadora do trabalho de fiscalização?			
- Que expectativas há sobre esta dimensão e a Formação Socioambiental?			
Registros:			

Ficha de avaliação da Formação Socioambiental – SIM (participantes)

1º Encontro – Pólo 5 (Vale do Paraíba): PE Campos do Jordão, PE Mananciais de Campos do Jordão, MONA Pedra do Baú

Plataforma 4 – Efetividade da proposta

1. Critério de avaliação – pertinência dos temas e abordagens

Indicador:	Qual o nível de importância de cada tema para sua atuação como conselheiro e agente social?	Pouco importante	Importante	Muito importante
	Representações de meio ambiente			
	Sistema Nacional de Unidades de Conservação			
	Gestão Ambiental			
	Participação			
	Conselhos			

OBS. (justifique aqui a avaliação de cada item):

Indicador:	Que avaliação faz das exposições e atividades?			
Linguagem	Adequada		Pouco adequada	Inadequada
Tempo dedicado aos temas	Adequado		Pouco adequado	Inadequado
Recursos utilizados	Adequados		Pouco adequados	Inadequados
Clareza	Alta		Média	Baixa
Utilidade	Alta		Média	Baixa
Complexidade das atividades	Alta		Média	Baixa

OBS. (justifique aqui a avaliação de cada item):

Que outros comentários você gostaria de fazer?

APÊNDICE 4 - FICHA avaliação 1º Encontro - FS equipe (uma para cada polo de UC).

Ficha de avaliação da Formação Socioambiental – SIM (equipe)

1º Encontro – Polo 1 (Metropolitana): PE Itapetinga, PE Itaberaba, MONA Pedra Grande

Plataforma 2 – Execução da proposta

1. Critério de avaliação - Aderência dos parceiros à execução da proposta e envolvimento

		SIM	NÃO
Indicadores:	Atendimentos a demandas?		
	Presença e participação nos encontros?		
OBS.:			

2. Critério de avaliação – Cumprimento de horários dos encontros/oficinas

		SIM	NÃO
Indicadores:	Cumprimento de horários dos encontros/oficinas?		
	Alterações na programação dos encontros/oficinas?		
OBS.:			

3. Critério de avaliação – Presença (quantidade e variedade)

		Presentes	% do total
Indicador:	Varição na quantidade estimada de presentes (XX)		
OBS.:			
		Sociedade Civil	Poder Público
Indicador:	Diversidade de presentes de cada UC do pólo;		
OBS.:			

--

4. Critério de avaliação – Compreensão/opinião da/sobre a proposta

		SIM	NÃO
Indicadores:	Comentários, questionamentos, opiniões sobre a proposta?		
Registros de comentários:			

5. Critério de avaliação – Compreensão dos temas trabalhados

		SIM	NÃO
Indicador:	Comentários, dúvidas a cada tema, de cada parte da oficina?		
Registros de comentários, dúvidas:			

6. Critério de avaliação – Condições para trabalhar (deslocamento, espaços cedidos etc.)

		SIM	NÃO
Indicadores:	Disponibilidade de carro SMA?		
	Existência de condições para público participar?		
	Existência de espaços para os encontros/oficinas?		
	Disponibilidade de alimentação?		
OBS.:			

7. Critério de avaliação – Opções metodológicas da FS

		SIM	NÃO
Indicadores:	Pertinência dos conteúdos/temas trabalhados		
	Eficácia das técnicas empregadas		
OBS.:			

OBS. Sobre tempo: duração da formação; carga horária; periodicidade dos encontros.

Plataforma 3 - Receptividade da proposta

8. Critério de avaliação – Percepção de conselheiros

		SIM	NÃO
Indicadores:	Identificam a existência de uma dimensão educadora no processo de fiscalização?		
Como conselheiros entendem a dimensão educadora do trabalho de fiscalização?			
Que expectativas há sobre esta dimensão?			

9. Critério de avaliação - Percepção de Gestores

Indicador: Identificam a existência de uma dimensão educadora no processo de fiscalização?	
Indicador: Como entendem a dimensão educadora do trabalho de fiscalização?	
Indicador: Que expectativas há sobre esta dimensão e sobre a FS?	

Ficha de avaliação da Formação Socioambiental – SIM (participantes)

2º Encontro – Pólo 1 (Metropolitana): PE Itapetinga, PE Itaberaba, MONA Pedra Grande

Plataforma 2 – Execução da proposta

1. Critério de avaliação – Compreensão/opinião da/sobre a proposta

Indicador:	comentário ou questionamento sobre a proposta
<p>Em sua opinião, quais os aspectos que você destaca no trabalho desenvolvido que contribuem, ou não, para o papel do Conselho?</p>	

Indicador: Eficácia das técnicas empregadas	Que avaliação faz das atividades?			
Linguagem	Adequada	Pouco adequada	Inadequada	
Tempo dedicado aos temas	Adequado	Pouco adequado	Inadequado	
Recursos utilizados	Adequados	Pouco adequados	Inadequados	
Clareza	Alta	Média	Baixa	
Utilidade	Alta	Média	Baixa	
Complexidade das atividades	Alta	Média	Baixa	

OBS. (justifique aqui a avaliação de cada item):

--

Plataforma 3 – Receptividade da proposta

Critério: percepção de conselheiros - O que espera para o próximo encontro?

Plataforma 4 – Efetividade da proposta

Critério: Significados do processo aos participantes - Você identifica algum aprendizado seu ou do grupo com este processo? Se sim, o que? Se não, justifique, por favor.

Que outros comentários gostaria de fazer?

Ficha de avaliação da Formação Socioambiental – SIM (equipe)

2º Encontro – Pólo 1 (Metropolitana): PE Itapetinga, PE Itaberaba, MONA Pedra Grande

Plataforma 2 – Execução da proposta

1. Critério de avaliação – Cumprimento de horários dos encontros/oficinas

		SIM	NÃO
Indicadores:	Cumprimento de horários dos encontros/oficinas?		
	Alterações na programação dos encontros/oficinas?		
OBS.:			

2. Critério de avaliação – Presença (quantidade e variedade)

		Presentes	% do total
Indicador:	Variação na quantidade estimada de presentes (XX)		
OBS.:			
		Sociedade Civil	Poder Público
Indicador:	Diversidade de presentes de cada UC do pólo;		
OBS.:			

3. Critério de avaliação – Compreensão/opinião da/sobre a proposta

		SIM	NÃO
Indicadores:	Comentários, questionamentos, opiniões sobre a proposta?		
Registros de comentários:			

4. Critério de avaliação – Compreensão dos temas trabalhados

		SIM	NÃO
Indicador:	Comentários, dúvidas a cada tema, de cada parte da oficina?		
Registros de comentários, dúvidas:			

5. Critério de avaliação – Condições para trabalhar (deslocamento, espaços cedidos etc.)

		SIM	NÃO
Indicadores:	Disponibilidade de carro SMA?		
	Existência de condições para público participar?		
	Existência de espaços para os encontros/oficinas?		
	Disponibilidade de alimentação?		
OBS.:			

6. Critério de avaliação – Opções metodológicas da FS

		SIM	NÃO
Indicadores:	Pertinência dos conteúdos/temas trabalhados		
	Eficácia das técnicas empregadas		
OBS.:			
OBS. Sobre tempo: duração da formação; carga horária; periodicidade dos encontros.			

Plataforma 3 - Receptividade da proposta

7. Critério de avaliação – Percepção de conselheiros

		SIM	NÃO
Indicadores:	Identificam a existência de uma dimensão educadora no processo de fiscalização?		
Como conselheiros entendem a dimensão educadora do trabalho de fiscalização?			
Que expectativas há sobre esta dimensão?			